

Resenha crítica de:

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon, 1997. 235 p.

Resenhado por:

Prof. Dr. José Mauricio de Carvalho (Professor do UNIPTAN)
Maria Eunice Pereira (Pós-graduanda em Psicopedagogia - UNIPTAN)
Jackson O. Cabral (Pós-graduando em Psicopedagogia - UNIPTAN)
Ana Paula Carvalho (Pós-graduanda em Psicopedagogia - UNIPTAN)

A integração de pessoas com deficiências é uma obra da última década do século passado. Ela reúne artigos, relatos e práticas de pessoas envolvidas no processo de integração escolar e social. Apesar de relativamente antiga, a obra trata de um tema ainda atual e traz muitas lições importantes. O livro reúne projetos e experiências de pessoas com habilidades especiais, menciona suas dificuldades, trata dos anseios por uma política de inclusão. A obra é fundamentada em projetos e ideias que estimulam a capacitação e o desenvolvimento de pessoas com habilidades diferenciadas. Superação e conscientização são as palavras-chave da autora para examinar o processo inclusivo. A escola e a família, ela completa, têm grande importância na construção da identidade pessoal e devem caminhar juntas na preparação do indivíduo para exercer sua cidadania.

A autora desse livro é Maria Teresa Eglér Mantoan, pedagoga, com mestrado e doutorado pela Unicamp. No livro apreende-se que ela desenvolve projetos de pesquisa e extensão sobre o assunto. O objetivo principal da obra é promover a consciência dos problemas da educação especial e inclusiva.

Ela inicia com uma breve síntese da história da Educação Especial onde mostra que as limitações intelectuais e/ou físicas foram estigmatizadas pelas civilizações primitivas. Os indivíduos com essas limitações eram tidos como incapazes, pois comprometiam o desenvolvimento e a sobrevivência do grupo. Em meados do século XIX, essa mentalidade tão comum entre povos guerreiros e caçadores já havia se modificado com o advento das teorias curativas que passaram a tratar as deficiências como desvios patológicas. O desenvolvimento das pesquisas médicas e psicológicas no século XX modificou novamente o foco da abordagem. As pessoas portadoras de necessidades especiais passaram a ter direitos e oportunidades assegurados nas leis dos

diversos países, sendo reconhecida a necessidade de inseri-las nas esferas social, política e cultural.

Para consolidar essa nova mentalidade, ensina a autora, a escola precisa modificar a ação e o pensamento que discrimina. Portanto, ela avalia, que a escola tem papel decisivo na conscientização da sociedade, permitindo que os deficientes superem seus limites e se sintam realizados. O trabalho inclusivo, ela adverte, deve ser feito por uma equipe multidisciplinar, onde cada agente esteja comprometido com a causa e atue eficazmente. Integração não se limita a colocar na mesma sala de aula alunos deficientes e ditos “normais”, pois há demandas diferentes e específicas. O convívio favorece a integração e o desenvolvimento pessoal do aluno portador de necessidades especiais, mas somente se houver uma atuação adequada dos professores esse educando conseguirá desenvolver seu potencial. Por isso não só as escolas públicas precisam acolher pessoas com deficiência, trata-se de tarefa de toda a sociedade.

O que é de fato, a inclusão? Não é simples responder essa questão numa sociedade complexa. Se entre as pessoas consideradas “normais”, qualquer atitude diferente não é bem aceita; imagine a dificuldade de pessoas com dificuldades especiais nos espaços de trabalho e lazer. Como impedir que se discriminem essas pessoas quando o comum é a recusa do diferente? Existe uma comparação permanente entre um indivíduo normal e um deficiente, e o diferente atiza o medo do desconhecido. A autora se baseia no que disse Carlos Alberto Marques para quem a repulsa à pessoa deficiente se origina no desconhecido, nos limites do outro. Para haver real Integração, é necessário que ela se processe em três níveis: no social, no político e no cultural.

O caminho da inclusão, continua a autora, inclui a busca de um sentido para a existência humana. Cada homem tem um sentido singular para a vida e isso não é diferente para a criança deficiente. Normalidade e anormalidade não se reduzem ao plano biológico, são muitos os fatores que tornam uma pessoa deficiente.

Em seguida passa a autora a discutir nova questão: quem deve ser integrado? Aqueles com pequeno déficit ou os com grande comprometimento? Num país com tanta dificuldade financeira para enfrentar os problemas corriqueiros de educação e saúde, pode-se cobrar investimentos nesse problema? Algumas instituições conseguem integrar dois ou três dos seus aprendizes, mas e os demais? Ela responde que o treinamento dessas pessoas demanda muito investimento e isso dificulta a integração. É mais fácil e

prático ocupar as vagas de trabalho com pessoas “normais”, cujo treinamento é mais fácil, rápido e econômico.

A integração, contudo, é uma exigência da ciência e da ética contemporâneas, pois o homem se realiza quando se sente produtivo. Para conseguir a integração é preciso que indivíduos tidos como normais aceitem os com dificuldade. Essa mudança de mentalidade é lenta e exige a tolerância, mas é urgente e necessária.

Normalmente as pessoas portadoras de deficiências vivem marginalizadas, ficam confinadas em hospitais, escolas, centros de reabilitação, oficinas protegidas. Portanto, ainda não se completou a integração delas, avalia a autora. Ordinariamente elas contam apenas com o apoio da família e de poucas instituições e programas. A família consegue fazer com que a pessoa deficiente se adapte à casa onde vivem, mas na via pública elas têm dificuldades de locomoção.

A família, com medo do sofrimento dessas pessoas, as mantém em escolas especiais. Tanto as escolas regulares quanto as empresas ainda não se adaptaram a essas novas exigências. E há a dificuldade de que as pessoas com deficiência preferem não se misturar com as pessoas normais, pois têm medo do preconceito e do desconhecido.

Apesar do preconceito remanescente, ensina a autora, as pesquisas atuais revelam que é no convívio de todos os educandos que se faz uma sociedade melhor.

Ordinariamente as famílias se sentem frustradas e envergonhadas quando têm uma criança deficiente. O que foge à normalidade causa constrangimento, por ser “diferente”, por ser “coitadinho”, “inútil”, por ser “digno de dó”, mas a pessoa deficiente não precisa ser assim considerada.

As empresas estão descobrindo que as pessoas com deficiência podem ser muito úteis. Há de se adaptar o que for necessário para que todos possam demonstrar seu potencial de trabalho e isso independe de terem ou não necessidades especiais.

É importante saber quais cargos podem ser ocupados pela pessoa deficiente explorando o que cada um tem de melhor. Não se deve, por exemplo, oferecer um cargo que dependa de acuidade visual para alguém com dificuldade de enxergar, assim como não se deve exigir grande esforço físico de quem não tenha condições para isso.

Apesar de restrições, pessoas com dificuldades especiais podem concorrer às vagas das empresas, desde que direcionadas para os setores que melhor se adaptem às suas capacidades. O processo de seleção pode ser o mesmo de qualquer pessoa

considerando-se a especificidade dos cargos. O deficiente precisa estar com todas as possibilidades à sua frente para que ele mesmo, nas suas habilidades, saiba decidir qual o melhor caminho a seguir. Também o treinamento é importante e deve considerar a necessidade de cada candidato. As adaptações no espaço físico da empresa são necessárias para assegurar o direito de ir e vir. É importante que os administradores aprendam o potencial do portador de deficiência porque isso reduzirá o preconceito.

Nossa sociedade ainda não está totalmente preparada para o convívio com os portadores de necessidades especiais, avalia a autora. Os deficientes visuais, por exemplo, não conseguem transitar normalmente pelas ruas, os cadeirantes não dispõem de rampas adequadas em nossas calçadas. Essa realidade dificulta a integração, pois torna muito difícil o deslocamento deles nos espaços públicos, causando desestabilização e trauma aos indivíduos e familiares.

Explica a autora que a integração começa na infância, na escola, com auxílio da família, das igrejas, dos governos e, mais tarde se completa nas instituições de formação profissional. A administração pública municipal e estadual precisam adaptar o mobiliário urbano para favorecer a inclusão. Nesse processo é importante que as universidades revejam seus currículos e preparem profissionais conscientes para trabalhar com os portadores de deficiência. Eles formam uma força de trabalho importante para o país e precisam ser reconhecidos como tal.

Compete à escola realizar parte fundamental da inclusão, criando um ambiente em que o aluno encontre a sua realização pessoal e lhe abra possibilidades profissionais. O maior desafio das políticas públicas é promover uma integração justa e que atenda a singularidade das pessoas. Para isso também é importante a revisão do conceito de normalidade, substituindo o conceito de padronização utilizado pela maioria das pessoas, por outro que favoreça as individualidades.

Nas políticas públicas de inclusão, a integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho parece a ação mais necessária, pois produz bem-estar, a realização pessoal e profissional da pessoa com habilidades diferenciadas. Ao mesmo tempo, é necessária a conscientização das empresas e seus gestores para receber profissionais com potencialidades distintas em sua equipe de produção. A demanda por mão-de-obra qualificada é alta, e o mercado, cada vez mais complexo, poderá absorver essa força de trabalho aproveitando suas competências.

Todo processo de inclusão exige aprendizagem contínua, e, sendo a escola a primeira a atuar nesse processo integrador, precisa estimular os alunos a conviverem com o diferente. Essa inclusão depende de ações preventivas do Estado, preparo e aperfeiçoamento dos professores e da equipe pedagógica. Os agentes da educação se forem bem preparados saberão superar o modelo tradicional de ensino, valorizar a capacidade de cada aprendente e dialogar com as famílias.

O livro ajuda a refletir sobre a causa da inclusão da pessoa deficiente. Essa é ainda uma batalha a ser vencida. O desenvolvimento científico e a evolução da sociedade, estão apontando o caminho da educação inclusiva. No entanto, o assunto implica a assimilação dos ideais éticos do humanismo contemporâneo o que é um processo lento e que demanda reflexões e educação. A autora explorou pouco essa dimensão ética. O livro indica que começamos a tratar o assunto de maneira distinta das últimas gerações, mas deixa claro que pessoas portadoras de necessidades especiais ainda não foram plenamente incluídas, o que renova o desafio. Mesmo sem a discriminação observada nas últimas gerações, o preconceito dia ainda é grande e o desafio de integrar essas pessoas permanece atual. Para que esse processo se complete parece necessário que toda a sociedade assuma uma posição inclusiva. A escola, por exemplo, precisa substituir a noção de agregação às salas regulares por uma adaptação efetiva e eficaz dos currículos escolares. Também é importante a transformação das pessoas comuns, dos agentes do mercado, enfim de toda a sociedade. Só quando essa for uma causa de todos a batalha começará a ser vencida.